



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**REUNIÃO FINAL DO PROCESSO
DA
REVISÃO ANUAL 2013**

Intervenção de Sua Excelência Aiuba Cuereneia
Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Maputo, 03 de Maio de 2013

**SENHORES MEMBROS DO GOVERNO DA REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE, EXCELÊNCIAS,**

SENHORES VICES-MINISTROS, EXCELÊNCIAS,

SENHORES EMBAIXADORES, EXCELÊNCIAS,

**SENHORES REPRESENTANTES DOS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO,
EXCELÊNCIAS,**

SENHORES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL,

DISTINTOS CONVIDADOS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

1. Por ocasião da Reunião Final do processo da Revisão Anual - edição 2013, inicio a minha intervenção endereçando, a Vossas Excelências e a todos os presentes nesta sala, uma saudação especial e um enaltecimento ao trabalho árduo que todos nós desenvolvemos em prol da contínua consolidação da nossa parceria e ao contributo que temos vindo a dar, dia-a-dia, no combate a pobreza.
2. O processo da Revisão Anual que avaliou o desempenho referente ao ano 2012, do Governo e dos Parceiros de Apoio Programático e Membros Associados que hoje, tem o seu término realizou-se num momento particularmente difícil devido ao impacto negativo das calamidades naturais que afectaram o País com a incidência nos primeiros meses do ano tendo causado perdas de vida humanas, destruição de infra-estruturas, bem como de extensas áreas agrícolas.

3. Para além do impacto na dimensão humana que afectou sobretudo as famílias, em termos económicos o impacto reflecte-se no retrocesso do ritmo do crescimento económico do País, na elevação da inflação e na pressão orçamental para fazer face ao desafio de reconstrução pós calamidades.
4. Na verdade, os custos estimados para a reconstrução pós calamidades situam-se em cerca de 517 milhões de dólares americanos, sendo cerca de 353 milhões de dólares, para a reconstrução no Sector Público e cerca de 164 milhões de dólares, das necessidades correspondentes ao Sector Privado. Como se pode vislumbrar, pela elevada soma necessária para fazer face a reconstrução, o País embarcará por um processo de reconstrução faseado num horizonte temporal de três anos.
5. Com efeito, face ao impacto das calamidades o crescimento económico previsto para 2013, de 8.4%, poderá registar um decréscimo de cerca de 1.4 pontos percentuais.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

6. Como tem sido tradicional, o processo da Revisão Anual beneficiou da participação e envolvimento de todos os intervenientes, desde o Governo, representantes dos Parceiros de Cooperação Internacional e das Organizações da Sociedade Civil, sempre com o objectivo de consolidar, cada vez mais, este processo através da partilha de uma pluralidade de pontos de vista em torno do nosso desempenho e contributo dado em 2012. As reflexões e os resultados saídos dos grupos sectoriais; temáticos; dos objectivos e pilares; avaliações mútuas, incluindo as conclusões da

sessão do Observatório de Desenvolvimento enriqueceram, sobremaneira, o Relatório Final, ou seja, o Aide Mémoire de todo este processo.

7. Neste contexto, é com agrado que constato que a presente Revisão para além de olhar pelos indicadores e metas dos Quadros de Avaliação de desempenho incidiu a sua avaliação, também, na reflexão sobre como a **implementação de políticas e acções** têm contribuído para o alcance das metas; constrangimentos registados; reformas e acções ainda necessárias, para o contínuo aprimoramento e alcance dos resultados almejados.
8. Esta visão, na óptica do Governo permite reforçar a nossa cooperação com os Parceiros de Apoio Programático na medida em que as duas partes notaram os progressos alcançados, os aspectos que ainda carecem de melhorias e as propostas de soluções inerentes.
9. Um elemento inovador que teve repercussão na avaliação do desempenho dos Parceiros foi a introdução e a implementação, em 2012, do novo Quadro de Avaliação de Desempenho dos PAPs que estabeleceu 8 novos indicadores que logo à partida não permite proceder uma comparação directa do desempenho dos PAPs em relação ao ano de 2011. Todavia, o Governo reconhece que pese embora a contínua escalada da crise financeira, o nosso País continuou a merecer a confiança dos Parceiros do Apoio Programático que se pode avaliar pelo incremento da sua ajuda total em cerca de 9%, em 2012.
10. Outrossim, é pertinente partilhar com Vossas Excelências que, no **quadro do princípio da Responsabilização Mútua**, a nível internacional, Moçambique, é um dos Países que têm merecido um reconhecimento exemplar no que concerne

a monitoria anual dos progressos dos parceiros em relação a eficácia da ajuda. Este reconhecimento, que coloca o nome do nosso País na arena internacional não só orgulha o Governo, a Sociedade Civil mas também a todos os Parceiros que intervêm no processo. A todos vós o nosso especial agradecimento!

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

11. Um dos princípios do Apoio ao Orçamento é de incrementar a previsibilidade dos fluxos financeiros e reduzir o peso administrativo da ajuda externa. Não obstante, os progressos que temos vindo a registar no funcionamento para racionalizar o processo de diálogo e com isso permitir que haja uma maior dedicação a todo o processo de implementação das opções tomadas, continuamos a notar um incremento dos custos de transação.
12. Os referidos custos de transação decorrem, principalmente, do **(i)** fraco cumprimento do calendário de compromissos e desembolsos dos recursos orçamentais para suportar a implementação das medidas e acções de políticas e **(ii)** do incremento do número de missões que escalam o País.
13. Sobre este último aspecto, refiro-me ao número de missões, apesar de não ser novo, temos vindo a constatar que ano pós ano, tem vindo a crescer de forma acentuada representando um alto custo de transação para o Governo. A título exemplificativo, em 2012 os PAPs realizaram um total de 158 missões, contra as 137 registadas em 2011, o que representa um crescimento absoluto de 21 missões.

14. Como se pode constatar, a este ritmo, corremos o risco de desviarmos a nossa atenção de implementadores de medidas e acções de políticas para nos tornarmos uma espécie de “bombeiro” para atender a cada missão que escala o nosso País.
15. Pois, somente com este número de missões, ou seja, não incluindo as missões de outros parceiros, pode-se chegar a conclusão que, em média, o Governo recebe três missões por semana.
16. Face a este cenário, necessitamos de, em conjunto encontrarmos uma solução. Pelo que o Governo encoraja aos Parceiros que dêem primazia as missões conjuntas, igualmente, em número reduzido.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

17. Estamos no início do terceiro ano da implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza. Sublinhamos e estamos cientes que a estratégia deve servir de catalisador do desenvolvimento sustentável, pelo que é importante conduzir esforços para concretizar as metas nelas definidas. Por parte do Governo, o empenho é total, pois o nosso cometimento é de combatermos a pobreza através da promoção do crescimento económico e contínua melhoria das condições de vida da população.
18. É nesta senda, que temos vindo a incrementar a oferta de serviços sociais básicos, de Educação, Saúde, abastecimento de água e energia; investimentos em infra-estruturas; combate a corrupção; e, no aumento da arrecadação de receitas internas, através do aperfeiçoamento e modernização dos mecanismos

de cobrança e do alargamento da base tributária; este último no pressuposto de que o aumento da proporção de recursos internos a par da contribuição dos recursos externos constitui uma base para viabilização de uma planificação e orçamentação mais efectiva, eficiente e coerente.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

19. Queremos, antes de terminar, reiterar o nosso reconhecimento ao trabalho árduo desenvolvido pelas equipas técnicas do Governo e dos Parceiros e, em particular, apreciar a liderança da Troika exercida pela Dinamarca pelo seu contributo neste processo.
20. Igualmente, endereçamos um agradecimento especial ao Canadá que vai deixar a Troika e a Dinamarca que deixará a Presidência, para a Itália. Em particular, a Itália, que assumirá a Presidência após a cerimónia dos compromissos e a Suécia, novo membro da Troika, desejamos saudações de boas vindas e encorajamento, reafirmando o nosso cometimento na procura de soluções conjuntas alicerçadas num dialogo franco e permanente.
21. A seguir, como poderão ter constatado na agenda desta reunião, teremos a oportunidade de apresentar os resultados da Revisão Anual que mostram o desempenho registado e os desafios prevaletentes quer, do Governo quer, dos Parceiros.
22. A terminar, reafirmamos o cometimento do Governo na implementação da agenda de combate a pobreza e renovamos a todos parceiros internacionais, a nossa apreciação pelo interesse continuado em apoiar as reformas em Moçambique.

23. Com estas palavras, minhas senhoras e meus senhores, declaro solenemente encerrado o processo da Revisão Anual de 2013.

MUITO OBRIGADO
PELA ATENÇÃO DISPENSADA